TL 3379

Universidade do Porto

Reitoria

TIMOR-LESTE: IDENTIDADE DO SEU POVO E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Jornada de Trabalho organizada pela Reitoria da Universidade do Porto e realizada no Círculo Universitário em 29 de Abril de 1989.

A. Barbedo Magalhães

Jorge Mendes

S. R.

Universidade do Porto

Reitoria

Exmo. Senhor,

Tendo-se realizado no passado sábado, dia 29 de Abril de 1989, a Jornada de Trabalho sobre "Timor-Leste, identidade do seu povo e perspectivas para o seu futuro", promovida por esta Reitoria, junto enviamos um documento de síntese sobre a mesma.

Aproveitamos para agradecer a todos os que pela sua presença, pelas suas intervenções ou pelo seu interesse e apoio contribuiram para o êxito desta Jornada.

com os melhores cumprimentos,

O Reitor,

(Prof. Doutor Alberto M. S. C. Amaral)

Porto, 17 de Maio de 1989

BM/RM

NOTÍCIA DA JORNADA DE TRABALHO SOBRE

TIMOR-LESTE:
IDENTIDADE DO SEU POVO E PERSPECTIVAS PARA O SEU FUTURO
29 DE ABRIL DE 1989

Organizado pela Reitoria da Universidade do Porto, e com a colaboração da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, do Porto, e do grupo Paz e Justiça para Timor-Leste, teve lugar, em 29 de Abril de 1989 nas instalações do Círculo Universitário do Porto, uma Jornada de Trabalho sobre:

TIMOR-LESTE: IDENTIDADE DO SEU POVO E PERSPECTIVAS PARA O SEU FUTURO.

Nestas jornadas foram apresentadas dezasseis comunicações sobre os seguintes temas:

1 — IDENTIDADE DO POVO MAUBERE

- Consciência mito-poética e memória histórica
- Influência da presença portuguesa e da ocupação indonésia
- Diversidade étnica e "permeabilidade" cultural
- Papel da Igreja Católica
- Mauberismo e identidade nacional
- Testemunhos de refugiados.

II — ORIGENS DA TRAGÉDIA E RESPONSABILIDADES PORTUGUESAS E INTERNACIONAIS

- Responsabilidades da Igreja
- Responsabilidades portuguesas e internacionais

III — PERSPECTIVAS DE SOLUÇÃO E PAPEL DE PORTUGAL

- Eventual deslocação do Papa a Timor
- Visita de uma missão parlamentar da A. R. a Timor
- Conferência Internacional sobre Timor-Leste a realizar em Portugal
- Desenvolvimento de acção diplomática em todas as frentes.
- Criação de um grupo Inter-Governamental
- Manutenção do artigo da Constituição relativo a Timor
- Programa para a auto-determinação de Timor-Leste
- Exploração do petrólio do Mar de Timor
- Prémio de "População" da ONU para Suharto?

Em anexo indicam-se os participantes e algumas repercussões.

TEMA 1 — IDENTIDADE DO POVO MAUBERE

1.1 — Consciência mito-poética e memória histórica

A escritora Joana Ruas situou a identidade do povo na consciência mito-poética que este povo adquire por uma experiência de apropriação dum invisível colectivo que, embora esteja para além da linguagem, transparece nos mitos, na poesia e nas lendas desse povo.

Esta memória é uma memória histórica e aparece na literatura oral e na luta contra o agressor.

1.2 — Influência da presença portuguesa e da ocupação indonésia

A cultura portuguesa, como resultou do debate provocado pela intervenção dum participante, não violou esta memória histórica dado que, como foi comumente admitido, provocou uma assimilação que se deu ao nível superior da administração não prejudicando a circulação dessa mesma cultura a um segundo nível.

Distintamente funciona a cultura indonésia relativamente ao Povo Timorense, dado que a administração está completamente controlada pelos homens de confiança, vindos de outras ilhas. A ocupação indonésia, com a destruição de muitas aldeias e sucos (grupos de aldeias), a proibição do animismo e a perseguição e assassinato dos seus cultores, com as tentativas de islamização, a transmigração e o genocídio físico do Povo de Timor-Leste, tentou e continua a tentar o genocídio cultural a que o Povo reage pela afirmação, cada vez mais profundamente marcada, da sua identidade, de que o refúgio no catolicismo é uma expressão.

1.3 — Diversidade étnica e "permeabilidade" cultural

O sociólogo Campagnolo que, com a sua esposa, fez investigação em várias zonas da ilha, confirmou a existência,a par duma enorme diversidade étnica e linguística, duma cultura homogénea caracterizada pela permeabilidade entre as culturas dos vários Povos entre si e destes à cultura universal. Esta unidade transparece também na existência de uma mesma língua franca,

o tetum, utilizada nas trocas comerciais e nas relações entre os diferentes Povos da ilha, na pertença da população, largamente maioritária, à religião católica, e na recusa do islamismo que a Indonésia tentou impôr.

1.4 — Papel da Igreja Católica

Depois de uma súmula histórica, Luis da Costa referiu o papel da Igreja nos últimos anos, indo desde a formação, nas escolas das missões e no seminário, da grande maioria dos dirigentes timorenses, à denuncia corajosa que alguns sacerdotes fizeram das atrocidades indonésias.

As pressões da potência ocupante sobre a Igreja, e as tentativas do governo desse país para a pôr ao seu serviço, encontraram forte oposição em Monsenhor Martinho Lopes — administrador apostólico de Dili até 1983 — e, mais recentemente, também no Bispo D. Ximenes Belo que, em carta de Fevereiro deste ano, pede ao Secretário Geral da ONU *"para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização de um referendum. O Povo de Timor tem de ser ouvido através de um plebiscito quanto ao seu futuro. Até agora o Povo ainda não foi consultado. São os outros que falam em nome do Povo. É a Indonésia que diz que o Povo de Timor Oriental já escolheu a integração mas o próprio Povo de Timor nunca disse isso. Portugal quer deixar ao tempo a resolução do problema. E nós vamos morrendo como Povo e como nação"*.

1.5 — Mauberismo e identidade nacional

O historiador francês Stephane Dovert, referindo-se à identidade nacional, perguntou-se se efectivamente se poderia falar, numa perspectiva política, de identidade nacional, e apontou uma sucessão de factos que permitem falar, desde o século XIV, dum poder político trans-etnolinguístico nomeadamente: — o poder do Waiwiku Waihal (séculos XIV a XVII) e as três revoltas de Manufahi contra o poder colonial.

Segundo esse historiador o Mauberismo é, hoje, denominador comum para todos os timorenses.

A luta do Povo Maubere contra a Indonésia situa-se, pois, numa longa cadeia cultural e política suficientemente forte para poder ser considerada fundamento duma nação.

1.6 — Testemunhos de refugiados

Não sendo possível transcrever os testemunhos dos refugiados timorenses, em toda a sua riqueza, reteremos apenas um breve apontamento:

Abílio Sereno, um dos quatro estudantes da Universidade Católica de Jakarta que, em Outubro de 1986, pediu asilo político na embaixada da Holanda, e que conseguiu escapar-se graças à corrupção reinante na Indonésia, afirmou que "*a própria introdução forçada da religião islâmica ao Povo Maubere veio, pelo contrário, aumentar o número de cristãos católicos em Timor-Leste, facto que comprova também a rejeição do Povo Maubere à influência islâmica de Java*".

João Maria dos Reis, ex-funcionário da administração portuguesa em Timor e, depois, funcionário do Departamento de informação do Governo Indonésio, esteve preso por três vezes e foi torturado, inclusivé com choques eléctricos. São suas as palavras seguintes:

"*Em 8 de Outubro de 1976 fui novamente preso e levado para o edifício de Sang Tai Ho, onde fui torturado só porque não conseguiram pôr a funcionar um projector de filmes de 8 mm que encontraram em minha casa. Obrigaram-me a pô-lo em funcionamento e a seguir projectaram filmes pornográficos na presença de três prisioneiras: uma rapariga nova e duas casadas. Depois violaram-nas durante todo o dia*".

Falou depois de familiares e conhecidos assassinados — alguns com requintes de crueldade — "ou desaparecidos", das visitas guiadas, das "manifestações" ensaiadas e das entrevistas em que só podem falar pessoas pré-escolhidas pelos indonésios... das ruas com sinais de proibido para os visitantes não passarem pelo cemitério militar, das casas de prostituição controladas por oficiais superiores indonésios e da corrupção a todos os níveis...

Fátima Guterres, cujo marido morreu em combate, esteve presa. Levada de helicóptero de Alas para Barique, juntamente com Maria José Boavida, viu atirarem a sua companheira de infortúnio do helicóptero em voo. Obrigada a acompanhar o batalhão que matou o marido, assistiu a numerosos massacres e torturas perpetrados pelas forças ocupantes.

É a Fátima que conta:

"A Teresa dos Anjos, professora primária, foi presa porque o marido, vendo-se perseguido constantemente pelos indonésios, decidiu fugir e juntar-se às forças guerrelheiras. Além da Teresa foram presos alguns timores e um sacerdote. Os militares indonésios tentaram violar a Teresa, mas não conseguiram. Por isso espancaram-na de tal maneira que o útero saiu para fora. A vítima ficou dois dias entre a vida e a morte, mas os companheiros prisioneiros conseguiram salvá-la. O pai da Teresa foi enterrado vivo depois de o obrigarem a cavar a sua própria sepultura".

TEMA II — ORIGENS DA TRAGÉDIA E RESPONSABILIDADES PORTUGUESAS E INTERNACIONAIS

2.1 — Posição e responsabilidade da Igreja

O Padre Dr. Arnaldo Pinho começou por lembrar a doutrina da Igreja sobre as minorias, nomeadamente *"o direito a existirem e a desenvolverem a sua cultura numa linha que pode adquirir diversas formas desde a autonomia cultural à autonomia política ou independência, tendo em conta a vontade popular"*.

Focou depois as intervenções e o papel da Igreja Católica e das outras Igrejas cristãs, caracterizada pelo silêncio, até 1981, e por uma progressiva solidariedade, de que citou vários exemplos.

Referiu-se aos "pecados de omissão", ao papel imprescíndivel dos cristãos e de pequenos grupos como "Em Timor-Leste a paz é possível" e "Paz e Justiça para Timor-Leste".

2.2 — Responsabilidades portuguesas e internacionais

A responsabilidade portuguesa e internacional foi igualmente abordada, desde a conivência americana e australiana aos erros do estado português.

Saliente-se a referência às responsabilidades ds administração portuguesa do território, que o então governador Lemos Pires assumiu corajosamente e de forma desapaixonada, na parte que lhe cabia.

O ex-Governador Lemos Pires referiu as posições irreflectidas da U.D.T. e da Fretilin no ano de 1975, que dificultaram a acção dos responsáveis portugueses, e deram pretexto a que os indonésios invadissem Timor com meios bélicos humanos desproporcionados em relação à situação.

Na parte consagrada ao debate o Dr. Abílio Araújo assumiu os erros cometidos pela Fretilin, argumentando que esta já tinha "pago a sua factura" por esses erros.

A propósito da descolonização iniciada por Portugal em 1975, foi abordado o problema da adaptação de novas formas político-sociais à estrutura tradicional timorense, de monarquias electivas, e a adaptação, ou não, do modelo de democracia ocidental, a um Povo com a cultura do timorense. A falta de tempo obrigou a remeter o debate desta importante questão para outra oportunidade.

TEMA III — PERSPECTIVAS DE SOLUÇÃO E PAPEL DE PORTUGAL

Nas intervenções dos representantes da Convergência Nacionalista, dos deputados e doutros participantes na jornada, verificou-se um largo consenso relativamente aos pontos seguintes:

3.1 — Eventual deslocação do Papa a Timor

Segundo notícias recentemente chegadas, o governo do General Suharto prepara-se para fazer deslocar a Timor cerca de cinquenta mil indonésios das ilhas vizinhas, a fim de constituirem, com os mais de cinquenta mil ocupantes e transmigrados indonésios que vivem em Dili, uma barreira a impedir qualquer manifestação dos timorenses e a dificultar o seu eventual contacto com o Papa.

Foi estranhado que, sendo o tetum a língua veicular do Povo de Timor, e estando aprovada por Roma a liturgia nesta língua, o missa papal esteja prevista em Bahasa Indonésio, como se dum território indonésio se tratasse...

Nestas condições foi considerado fundamental que, a concretizar-se a referida deslocação pastoral, o Santo Padre denunciasse a dramática situação que tem vivido e continua a viver o povo de Timor-Leste, podendo os cristãos portugueses ter um papel importante no apelo a uma intervenção nesse sentido.

3.2 — Visita de uma missão Parlamentar da Assembleia da República a Timor-Leste

As condições ou termos de referência em que uma tal deslocação a Timor-Leste pode ter sentido devem ressalvar o direito à auto-determinação e independência do povo do território, e o papel de Portugal como potência administrante.

A existência prévia de um cessar-fogo liberdade movimentos, visita prolongada e contactos com lideres da resistência, foram algumas das condições consideradas essenciais.

A fim de evitar uma utilização abusiva da visita pela Indonésia, que pudesse ser lesiva para os direitos do povo de Timor-Leste, foi considerada importante uma actuação hábil, prudente e reticente dos representantes portugueses nas negociações em curso. A fim de evitar precipitações e imprudências perigosas, será necessária paciência, a qual, porém, não deve ser de molde a paralisar a iniciativa e actuação da AR e do Governo Português em relação à questão.

3.3 — Conferência internacional sobre Timor-Leste a realizar em Portugal

De há muito incluida no programa de trabalhos da Comissão Eventual da AR, a Conferência Internacional de parlamentares sobre Timor-Leste tem vindo a ser sucessivamente adiada.

Assim enquanto a Indonésia fala de abertura e de diálogo, mas continua a torturar, a prender e a matar timorenses, a esterilizar e a violar as suas mulheres e a negociar o petróleo do Mar de Timor, a AR hesita e adia realizações fundamentais que poderiam dar força negocial a Portugal.

Foi considerado muito importante que a AR e os restantes orgãos de soberania portuguesas desenvolvessem Campanhas Internacionais que ponham termo ao genocídio e aumentem a capacidade negocial de Portugal face à Indonésia.

3.4 — Desenvolvimento da acção diplomática em todas as frentes

Apesar das iniciativas tomadas pelos governos, nos últimos anos, foi afirmado que continua a haver diplomatas portugueses que pouco sabem sobre a situação de Timor-Leste.

Nestas condições foi considerado importante aumentar as acções diplomáticas, nomeadamente fornecendo às embaixadas portuguesas documentação escrita e audio-visual e instrucções precisas no sentido de esclarecerem governos e personalidades, e mesmo a opinião pública, sobre a situação de Timor-Leste, e ganhar apoios para a auto-determinação do território.

3.5 — Criação de um grupo inter-governamental para Timor-Leste

Foi considerada de grande interesse a criação, a curto prazo, de um grupo inter-governamental dos estados de língua oficial portuguesa, sendo saudadas as iniciativas dos cinco países africanos e do próprio Governo Português nesse sentido.

3.6 — Manutenção do artigo da constituição relativo a Timor

Pareceu aos presentes que estava formalmente correcto o artigo que consagra, no seu ponto 1 que

"*Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste*".

Não se viu qualquer razão para o alterar já que qualquer alteração, neste momento, poderia:

a) Facilitar uma pseudo-auto-determinação (em que a Indonésia já é experiente — vidé o que se passou na Nova Guiné Papua Ocidental, aliás com a conivência da ONU...);
b) ser lida como uma cedência gratuita e inútil face aos ocupantes;
c) provocar divisões e quebrar o consenso que, nos últimos anos, tem prevalecido, sempre, na Assembléia da República, entre todos os partidos;
d) diminuir, por estes motivos, o poder negocial de Portugal face à Indonésia, sobretudo no futuro.

Nestas condições o consenso foi no sentido de manter o artigo da Constituição relativo a Timor tal qual está.

3.7 — Programa para a auto-determinação de Timor-Leste

A Convergência Nacionalista focou a necessidade de conversações com a Indonésia, sem pré-condições com vista a:

a) Alcançar um cessar fogo;

b) Repôr a legalidade, isto é, regresso de Portugal para completar a descolonização, com apoio da ONU, retirada das tropas ocupantes e sua substituição por uma força de paz;
c) Dar apoio sanitário e alimentar às populações mais carecidas;
d) Estabelecimento de negociações com a resistência que está no interior do território;
e) Definição e implementação de um processo de auto-determinação, de acordo com a vontade, livremente expressa, do povo de Timor-Leste.

3.8 — Exploração do petróleo do Mar de Timor

Os acordos indonésio-australianos sobre o Mar de Timor, visando a exploração do petróleo dessa zona, representam uma flagrante violação do direito internacional e devem, por isso, ser denunciados. Foi considerado necessário estudar com o devido cuidado o eventual recurso ao Tribunal Internacional de Haia para esclarecimento desta questão.

3.9 — Prémio de população, da ONU, para Suharto?

Estando prevista, para 8 de Junho de 1989, a atribuição pela ONU de um Prémio de População pelo seu programa de planeamento familiar, foi considerado importante denunciar esse grave erro. De facto o General Suharto é responsável pela utilização dos mais abomináveis métodos de controle da população, que vão desde a esterilização forçadas das mulheres timorenses (que continua a verificar-se), aos massacres e genocídio do povo de Timor-Leste, passando pelos assassinatos de indonésios, esquadrões da morte e outras práticas que a ONU não pode, de modo algum, sancionar.

ANEXO

Participaram na Jornada de Trabalho mais de 80 pessoas, tendo sido pequena a sala de Círculo Universitário para as comportar (o que obrigou alguns a ficarem de pé à entrada).

Intervieram no debate, com comunicações escritas ou com intervenções orais relevantes, os seguintes participantes, entre outros:

Tema 1

— Joana Ruas (escritora)
— Luís Costa (timorense, ex-sacerdote)
— Stephane Dovert (historiador, politólogo, Universidade de Paris VII)
— Henri Campagnolo (antropólogo-linguísta)
— Abílio Sereno (timorense, ex-estudante de economia na Universidade Católica de Jakarta).
— João Maria Reis (timorense, ex-funcionário da administração portuguesa e, depois, da indonésia)
— Fátima Guterres (timorense, resistente)
— Dr. Manuel Tílman (timorense, ex-deputado e membro da 1ª Comissão Eventual da AR para Timor, 1982).

Tema II

— Padre Doutor Arnaldo de Pinho, (Professor da Universidade Católica)
— Brigadeiro Mário Lemor Pires (Governador de Timor em 1974/75)

Tema III

— Abílio Araújo (timorense, principal responsável da Fretilon no exterior)
— Dr. Paulo Pires (timorense, Presidente da Comissão Política da UDT)
— Dr. Vicente Guterres (timorense, Vice-Presidente da Comissão Política da UDT)
— Deputado Rui Silva (PRD)
— Deputado José Manuel Mendes (PCP)
— Deputado Raul Brito (PS)

Presidiu a parte da Jornada o Reitor da Universidade do Porto, Professor Alberto Amaral.

*

* *

Ao abrir a sessão o Professor Barbedo de Magalhães fez o elogio do Dr. Moisés do Amaral, ex-Presidente da Comissão Política da UDT, falecido em 22 de Fevereiro. Timorense de extrema coragem, firmeza e coerência perdeu grande parte da família, dos 600 membros do seu clã e a maior parte dos 25 mil indivíduos da tribo a que pertencia, em consequência da invasão indonésia, que arrasou e riscou do mapa muitas das aldeias e sucos onde vivia o seu povo. Apesar disso manteve a serena lucidez com que presidiu aos destinos da UDT, até à constituição da Convergência Nacionalista, em 1986, e até esta ser, finalmente, recebida pelo Governo Português, na pessoa do Ministro dos Negócios Estrangeiros, poucos dias antes do seu falecimento.

*

* *

Foram convidados e manifestaram grande interesse em participar e intervir na Jornada de Trabalho sobre Timor-Leste, mas não poderam estar presentes, as seguintes personalidades, entre outras:

— Monsenhor Martinho Lopes, ex-Administrador Apostólico de Diti, por razões de saúde.

— D. Manuel Martins, Bispo de Setúbal, por compromissos anteriores, marcados para a mesma data, e impossíveis de desmarcar.

— General Ramalho Eanes, que tentou adiar um compromisso anterior com entidade estrangeira mas não o pode fazer.

— Deputado Dias Loureiro, Secretário Geral do PSD e Presidente da Comissão Eventual de AR para Timor, que, logo que foi convidado, escreveu uma carta a comunicar a sua participação, mas que uma reunião importante do partido, no mesmo dia, impediu de estar presente;

— Deputado Carlos Encarnação, do PSD, membro da CEAR para Timor que enviou uma mensagem por telecópia em que afirma que *"na impossibilidade de estar presente nessas jornadas de trabalho, por impedimento superveniente e inadiável, gostaria que dessem conhecimento aos*

participantes da garantia do meu empenho na defesa do caso Timor Leste e da continuação da luta pelo acesso do seu povo à auto-determinação e independência".

Esta mensagem, enviada de Lisboa por telecópia em 27 de Abril, demorou a chegar ao Porto 2 dias (incompreensivelmente) pelo que não foi lida na sessão.

— Deputado Eduardo Pereira, do PS, que enviou telegrama a desejar os maiores êxitos e manifestou interesse em *"que os resultados da jornada pudessem vir a ser detalhadamente conhecidos pela Comissão Eventual da AR".*

— Deputado Adriano Moreira, do CDS, por se encontrar ausente no estrangeiro.

— Deputado Herculano Pombro, de "Os Verdes", por se realizar, na mesma data o Conselho Nacional do partido.

— Embaixador António Pinto da França, que informou ir tentar alterar a data de uma viagem ao estrangeiro para poder estar presente (o que não conseguiu).

— Padre João Caniço da Caritas, que escreveu:
(...) *"Quero saudar os participantes e afirmar-lhes a minha solidariedade e amizade sempre, sobretudo aos naturais de Timor, nas pessoas dos Drs. Abílio Araújo e Paulo Pires".*

— Justificaram a sua ausência, também, outros convidados, entre os quais: o Marechal Costa Gomes, o Deputado Almeida Santos, o Antropólogo Luís Thomás, o Padre Apolinário Guterres, o jornalista Adelino Gomes, etc., etc.,.

Porto, 6 de Maio de 1989

Pela organização

A. Barbedo Magalhães (Professor Associado, com Agregação, da FEUP)
Jorge Mendes (licenciado em Matemática Aplicada).

A RTP e algumas emissoras de rádio noticiaram esta realização. O mesmo fizerem alguns diários e semanários. Juntam-se, em anexo, cópias de algumas dessas notícias.

A Voz Portucalense
SEMANÁRIO DA DIOCESE DO PORTO
DIRECTOR: ELOY ALMEIDA DE PINHO
Ano XX — N.º 18 — 4 de Maio de 1989 — Preço 25$00

Timor Leste foi tema de encontro no Porto

Realizou-se no Círculo Universitário do Porto, no passado dia 29 de Abril, organizada pela Reitoria da Universidade do Porto com a colaboração da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, do Porto, e do grupo «Paz e Justiça para Timor Leste», uma jornada sobre o tema *«Timor Leste: identidade do seu povo e perspectivas para o seu futuro»*.

Participaram os deputados: Raul Ribeiro (PS), José Manuel Mendes (PCP) e Rui Silva (PRD), bem como representantes da Convergência Nacionalista timorense, Dr. Abílio Araújo (FRETILIN), Dr. Paulo Pires (presidente da Comissão Política da UDT), Dr. Vicente Guterres (vice-presidente) e ainda o brigadeiro Mário Lemos Pires (ex-governador de Timor), escritora Joana Ruas, o antropólogo Henri Campagnolo, o politólogo (historiador) Stéphane Dovert (Universidade de Paris VII), e timorenses regressados há pouco de Timor: Luís Costa, Fátima Guterres, Abílio Sereno (estudante de economia na U. Católica de Jakarta) e João Maria Reis. Presente ainda o reitor da Universidade do Porto, prof. Alberto Amaral.

Da parte de manhã foi abordado o tema da **«Identidade do Povo Maubere»**, tendo sido analisados os vários factores que contribuiram para essa identidade, desde a memória histórica e cultural, à organização política e social: uma grande diversidade étnica, já presente antes da colonização portuguesa, garantida por laços de interdependência e organização política bastante evoluída, sob a forma de uma confederação de estados com estrutura monárquica electiva. A colonização portuguesa, a Igreja, com a sua lenta e progressiva penetração e, mais recentemente, a ocupação indonésia e a correspondente resistência, **têm reforçado o sentimento nacionalista e a unidade nacional timorense,** de que o mauberismo é uma expressão.

Refugiados timorenses deram o seu testemunho vivencial sobre torturas e massacres, que infelizmente continuam — ainda que por vezes de forma mais sofisticada e camuflada —, e a corrupção reinante na Indonésia.

Da parte da tarde foi abordada a **responsabilidade da Igreja,** com uma intervenção do Dr. Arnaldo Pinho, e o papel que alguns sacerdotes e religiosos desempenharam na defesa do povo de Timor Leste, apesar do silêncio de tantos anos da Igreja Universal.

A responsabilidade portuguesa e internacional foi igualmente abordada, desde a conivência australiana e americana aos erros do Estado Português. Também foi abordada a responsabilidade da administração portuguesa do território, que o ex-governador Lemos Pires assumiu corajosamente e de forma desapai-

(Continua na pág. 7)

Voz Portuguesa

SEMANÁRIO DA DIOCESE DO PORTO

DIRECTOR ELOY ALMEIDA DE PINHO

Ano XX — N.º 18 — 4 de Maio de 1989 — Preço 25$00

Timor Leste foi tema

(Continuado da pág. 5)

xonada, na parte que lhe cabia.

Das intervenções dos deputados presentes,bem como dos dingentes da Convergência Nacionalista, e do publico, verificou-se haver um amplo consenso quanto aos pontos tratados e a seguir especificados: **Eventual deslocação do Papa a Timor:** foi considerado fundamental que, a concretizar-se a referida deslocação pastoral, o Santo Padre denunciasse a dramática situação que tem vivido e continua a viver o povo de Timor Leste, podendo os cristãos portugueses ter um papel importante no apelo a uma intervenção nesse sentido.

Visita de uma missão parlamentar da Assembleia da República a Timor Leste: foi considerada importante uma actuação habil, prudente e reticente, a fim de evitar imprudências perigosas. Esses cuidados, que podem exigir paciência, não devem, porem, ser de molde a paralisar a iniciativa e actuação da A.R..

Conferência Internacional sobre Timor Leste a realizar em Portugal: é importante que Portugal desenvolva campannas internacionais que ponham fim ao genocidio e aumentem a sua capacidade negocial face à Indonesia. Quando a Indonesia fala de abertura continua a torturar, prender e a matar timorenses e a negociar o petróleo do mar de Timor.

Desenvolvimento da acção diplomatica de Portugal em todos as frentes: foi considerado importante aumentar as acções diplomaticas, nomeadamente fornecendo às embaixadas portuguesas documentação escrita e audiovisual e instruções precisas no sentido de esclarecerem governos e personalidades, e mesmo a opinião pública, sobre a situação de Timor Leste, e ganhar apoios para a auto determinação do território.

Foi considerada de grande interesse **a criação de um grupo intergovernamental** a partir dos estados de lingua oficial portuguesa, sendo saudadas as iniciativas dos cinco países africanos de expressão portuguesa e do proprio Governo português nesse sentido. Pareceu aos presentes que o artigo da Constituição da República relativo a Timor não só está formalmente correcto não se vendo razão para o alterar, já que qualquer alteração poderia ser lida como uma cedência gratuita e inútil face à indonésia.

Foi, além disso, focada a **necessidade de conversações sem pre-condições com a Indonesia** que conduzam a: cessar-fogo; reposição da legalidade (regresso de Portugal para completar a descolonização, com apoio de uma força de paz e apoio da ONU) e retirada das tropas ocupantes; apoio sanitário e alimentar às populações; participação da resistência do interior nas negociações; autodeterminação de Timor.

A denúncia dos acordos indonesio-australianos para exploração do petróleo do mar de Timor no Tribunal Internacional de Haia devera tambem ser considerada. A atribuição de um Premio de População da ONU ao general Suharto, prevista para 8.6.89, pelo seu programa de planeamento familiar, foi considerado um grave erro que importa denunciar, tendo em conta os bárbaros metodos utilizados, que vão da **esterilização forçada** das mulheres timorenses (que continuam), aos massacres e genocidio do povo de Timor Leste.

Tempo

Director: Nuno Rocha - Director Adjunto: Hélder Freire

QUINTA-FEIRA
de 4 de Maio a 10 de Maio de 1989
Ano XIV - Número 733
Fundado em 29 de Maio de 1975
Preço: 140$00
França 7 50 FF / Alemanha 3 60 DM / Bélgica 55 FB
Luxemburgo 71 FB / Holanda 5 70 FL / Inglaterra 75 P / Suíça 3 20 CHF / Suécia 25 00 SRK / Espanha 130 PTS / Canadá 1 65 CAN / Rep. África do Sul 23 25 RAND

4-5-89

ENCONTRO SOBRE TIMOR-LESTE

REALÇADO PAPEL DE PORTUGAL NAS NEGOCIAÇÕES

□ A. Freitas de Sousa

APESAR de todos os esforços diplomáticos de Portugal e das recentes vitórias conseguidas em termos internacionais ao nível da consciencialização colectiva para o problema de Timor-Leste, o facto é que tarda até à exaustão o vislumbrar de uma solução viável, determinante e duradoira.

Isso mesmo ficou bem explícito durante a sessão de trabalho organizada no passado fim-de-semana pela reitoria da Universidade do Porto, sob o tema «Timor-Leste: Identidade do seu povo e perspectivas para o futuro».

O contributo da Comissão para os Direitos do Povo Maubere e do Grupo Paz e Justiça para Timor-Leste para estas jornadas tornou possível que fossem ouvidos renovados testemunhos timorenses, que, uma vez mais, tornaram pública a sua revolta contra a intromissão da Indonésia nos seus assuntos internos.

De qualquer modo, e ao contrário do que vinha sendo realidade até há pouco tempo, os intervenientes não deixaram de salientar que as recentes tomadas de posição por parte de Portugal, se bem que pouco sentidas em Timor-Leste em termos de vivência interna, são fundamentais para que a comunidade internacional perspective a sua actuação em relação ao problema.

A especial importância dedicada, durante os trabalhos, às negociações entre os governos de Portugal e da Indonésia foi a forma de salientar que estas deverão ser encaminhadas no sentido da total libertação

Actuação que, como será de calcular, as entidades organizadoras da jornada de trabalho esperam que se processe no sentido de não só reprovar a invasão da Indonésia - o que parece um dado adquirido - como ainda encetar movimentações diplomáticas que culminem com o fim da tragédia maubere.

A especial importância dedicada durante os trabalhos às negociações entre os governos de Portugal e da Indonésia - obrigatoriamente sob os auspícios das Nações Unidas - foi a forma de salientar que estas deverão ser encaminhadas no sentido da total libertação. Mas este movimento diplomático, ainda segundo os participantes, deveria ser apenas uma das facetas da acção internacional que Portugal deveria levar a cabo. Com a mesma decisiva importância, deveria ser organizada uma frente de denúncia da miséria humana que se vive naquele ex-território português, onde a cultura maubere se encontra, se não em vias de extinção, pelo menos clandestina e entrincheirada na sua própria terra.

Deveria ser organizada uma frente de denúncia da situação de miséria humana que se vive em Timor-Leste, onde a cultura maubere se encontra, se não em vias de extinção, pelo menos clandestina e entrincheirada na sua própria terra

Aliás, os trabalhos decorreram precisamente no sentido de provar o facto de o maubere ser uma entidade inequivocamente individual e tão importante como qualquer outra das suas parceiras. Nessa ordem de ideias, e extrapolando a própria evidência da invasão, o povo maubere considera-se obrigatoriamente detentor de um lugar histórico, cultural e étnico que não admite invasões de terceiros. Corroborando este ponto de vista, alguns participantes provaram esta possível evidência com a própria história da chegada e da permanência dos portugueses em Timor: foram quinhentos anos de tentativa de introdução da cultura portuguesa, que, como afirmaram, é, para todos os fins, uma cultura estranha, que não conseguiu, apesar de potencialmente dominante, fazer desaparecer a cultura autóctone. □

JN 1-5-89

Timor-Leste: colóquio no Círculo Universitário do Porto

AUMENTO DE CRISTÃOS É UM SINAL DA RESISTÊNCIA MAUBERE À OCUPAÇÃO

— afirmou estudante timorense evadido da Indonésia

A introdução forçada da religião islâmica no povo maubere «aumentou o número de cristãos católicos em Timor-Leste, o que comprova a rejeição do povo maubere à influência islâmica de Java», afirmou no Porto um refugiado timorense.

Abílio Sereno, estudante universitário recentemente evadido de Jacarta, fez um depoimento da sua experiência pessoal numa jornada de trabalho sobre «Timor-Leste, identidade do seu povo e perspectivas para o seu futuro», que decorreu nas instalações do Círculo Universitário do Porto.

A sessão foi organizada pela Reitoria da Universidade do Porto, em colaboração com a Comissão para os Direitos do Povo Maubere e o Grupo de Paz e Justiça para Timor-Leste.

«Em Timor-Leste, existe uma distinção bem nítida entre os timorenses e os indonésios — acrescentou Abílio Sereno — **e quando um timorense se atreve a falar a língua indonésia, é pelos outros timorenses considerado como «bapak» (indonésio)».**

Este orador disse também que «todo e qualquer timorense que revele a influência indonésia é logo marginalizado e alcunhado de «bapak».

Para Abílio Sereno, «o governo militarista de Suharto já se convenceu de que é impossível acabar com a identidade do povo maubere e materializar em Timor-Leste a «timorização» da guerra».

«A maior parte dos soldados que integravam os dois batalhões formados pela Indonésia em Timor-Leste — relatou o estudante — **«já foram expulsos, ou estão presos em Dili ou desterrados para províncias indonésias, por se terem recusado a assumir atitudes assassinas e por colaborarem com guerrilheiros da resistência armada».**

Abílio Sereno sublinhou que «a convergência nacionalista está a desenvolver esforços para que a Indonésia aceite dialogar com representantes do povo maubere, que tão pesados sacrifícios já sofreu para garantir a sua independência, já que esta é a única via para que a identidade do povo maubere não volte a ser ameaçada de destruição por algum país estrangeiro».

Dan Quayle com o presidente Suharto.

A agência noticiosa «Antara» citou declarações de Ramsly segundo as quais «os direitos humanos fazem parte da política norte-americana tal como o humanismo faz parte da ideologia do Estado indonésio».

O problema mais grave que se levanta a Dan Quayle nesta primeira deslocação insulíndia diz respeito ao facto de a Indonésia ter invadido Timor-Leste em Dezembro de 1975 e anexado depois essa antiga colónia portuguesa.

«A população de Timor-Leste continua a sofrer diariamente a violação dos seus direitos fundamentais e milhares de pessoas morreram nas cadeias daquele território ocupado» — disse em Novembro a organização de direitos humanos «Ásia Watch».

A conferência episcopal norte-americana exigiu que a Indonésia deixe de intimidar o povo de Timor-Leste, a maioria do qual aderiu nos últimos 14 anos à religião católica, como forma de oposição a um ocupante essencialmente muçulmano.

Uma carta assinada por 47 senadores e 182 congressistas norte-americanos, enviada em Outubro ao antigo secretário de Estado George Shultz, diz que o processo de descolonização em Timor-Leste foi interrompido pela invasão indonésia e pela integração forçada dos timorenses.

Jacarta diz que tem estado a levantar gradualmente as restrições às visitas a Timor-Leste e que tem permitido a alguns diplomatas e jornalistas deslocações àquele território, onde vivem cerca de 600 mil pessoas.

Não se aguarda qualquer alteração diplomática de grande importância na sequência da visita de Dan Quayle, que depois se desloca a Singapura e Tailândia.

Preocupações de ordem comercial deverão dominar as conversações do vice-presidente dos Estados Unidos em qualquer um dos países a visitar.

A posição da Igreja Católica foi exposta por Arnaldo de Pinho aos muitos interessados em saber as responsabilidades do Vaticano, designadamente quando se anuncia a ida do Papa à Indonésia.

● Vice-presidente dos EUA em Jacarta

Entretanto, as autoridades indonésias terão tentado responder ontem a uma série de perguntas sobre a sua política e sobre a violação dos direitos humanos, ao receberem o vice-presidente dos Estados Unidos, Dan Quayle.

Congressistas norte-americanos, grupos religiosos e defensores dos direitos do Homem têm incitado Washington a encorajar Jacarta a ser mais liberal quanto à livre expressão do pensamento.

A. R. Ramly, embaixador da Indonésia em Washington, declarou que os direitos humanos poderiam ter sido um assunto abordado pelo vice-presidente norte-americano, mas que não seriam o tema básico da reunião de

Correio da Manhã
30-4-89

CATÓLICOS AUMENTAM EM TIMOR

Pág. 23

INDONÉSIA ANDA A IMPINGIR O ISLAMISMO AOS TIMORENSES

Mas só tem conseguido aumentar o número de católicos

A identidade do povo de Timor-Leste volta a estar na ordem do dia, mas desta vez, por questões religiosas, uma vez que as tentativas forçadas de introduzir o islamismo entre os Maubere tem feito aumentar o número de católicos - afirmou-se ontem, numa sessão organizada pela reitoria da Universidade do Porto, em colaboração com a Comissão para os Direitos do Povo Maubere e o Grupo de Paz e Justiça para Timor-Leste.

Segundo o refugiado timorense Abílio Sereno, recentemente evadido de Jacarta, a introdução forçada da religião islâmica entre os Maubere "aumentou o número de cristãos católicos em Timor-Leste, o que comprova a rejeição daquele povo "à influência islâmica de Java". Aquele timorense, que é estudante universitário, fez um depoimento da sua experiência pessoal, numa jornada de trabalho sobre "Timor-Leste, identidade do seu povo e perspectivas de futuro", que ontem decorreu nas instalações do circulo universitário do Porto.

"Em Timor-Leste existe uma distinção bem nítida entre os timorenses e os indonésios. Quando um timorense se atreve a falar a língua indonésia, é logo considerado pelos seus conterrâneos um "bapak" (indonésio)" - disse Abílio Sereno, que acrescentou que "todo e qualquer timorense que revele a influência indonésia, é imediatamente marginalizado e rotulado com aquela alcunha".

Para Abílio Sereno, o governo militarista de Suharto já se convenceu de que é impossível acabar com a identidade do povo Maubere e materializar no território a "timorização da guerra".

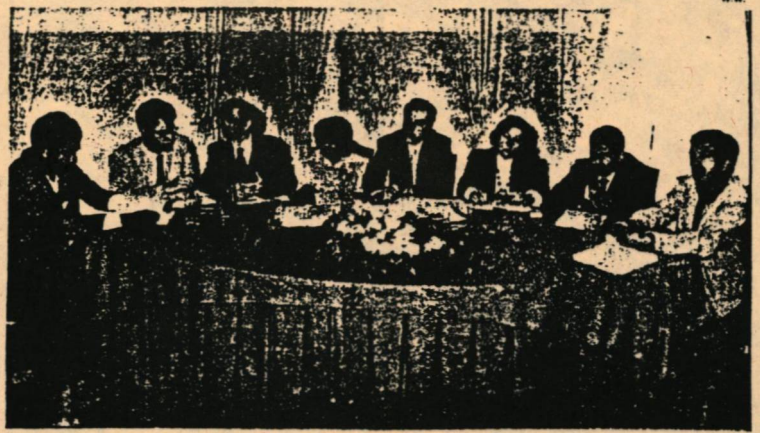
A maior parte dos soldados que integravam os dois batalhões formados pela Indonésia em Timor-Leste - relatou o estudante - "já foram expulsos ou estão presos em Dili ou desterrados para províncias indonésias, por se terem recusado a assumir atitudes assassinas e por colaborarem com guerrilheiros da resistência armada".

Abílio Sereno sublinhou ainda que "a Convergência Nacionalista está a desenvolver esforços para que a Indonésia aceite dialogar com representantes do povo Maubere, que tão pesados sacrifícios já sofreu para garantir a independência, já que esta é a única via para que a identidade não volte a ser ameaçada de destruição por algum país estrangeiro".

Timorenses mantêm viva a sua identidade cultural

Colóquio sobre Timor Leste decorreu ontem no Porto

Participantes ouviram testemunhos de refugiados



A situação de Timor Leste em debate no Porto

PAULO FARIA

■ «O povo timorense conseguiu manter viva a sua identidade face à invasão indonésia, que tenta por todos os meios espalhar a sua influência, abrindo escolas, edoutrinando os funcionários timorenses e introduzindo pela força a religião islâmica», afirmou ontem no Porto um refugiado timorense.

Abílio Sereno, um dos quatro estudantes que em Outubro de 1986 pediram asilo político na Embaixada holandesa em Jacarta e que recentemente conseguiu fugir de Timor Leste, fez um depoimento da sua experiência pessoal, durante uma jornada de trabalho subordinada ao tema «Timor Leste, identidade do seu povo e perspectivas para o seu futuro», que ontem decorreu no Círculo Universitário do Porto.

O colóquio foi promovido pela Reitoria da Universidade do Porto, em colaboração com a Comissão para os Direitos do Povo Maubere e o Grupo de Paz e Justiça para Timor Leste e tinha como objectivo contribuir para a resolução do problema daquele território que há 14 anos foi invadido pelas tropas indonesias.

Segundo Abílio Sereno, existe em Timor-Leste uma distinção bem nitida entre os timores e os indonésios. Quando um timorense se atreve a falar a língua indonésia é imediatamente marginalizado e alcunhado de «Bapak» (indonésio) e não um irmão timor.

«A própria introdução forçada da religião islâmica ao povo maubere veio, pelo contrário, aumentar o número de cristãos:católicos em Timor-Leste, facto que comprova também a rejeição do povo maubere à influência islâmica de Java», acrescentou o mesmo refugiado.

Para Abílio Sereno, «o Governo militarista de Suharto já se convenceu de que é impossivel acabar com a identidade do povo maubere» e a «convergência nacionalista está a desenvolver esforços para que a Indonésia aceite dialogar com representantes do povo maubere, que tão pesados sacrifícios já sofreu para garantir a sua independência».

Segundo Fátima Guterres, outra refugiada que chegou a Portugal em 1987, o povo maubere passou a ser ameaçado e perseguido, torturado e fuzilado sem qualquer motivo desde a anexação, em Dezembro de 1975.

«As pessoas vivem em continuo sobressalto, a morte espreita em cada esquina, é raro ver um sorriso no rosto dos timorenses», afirmou.

Fátima Guterres disse também que todas as noites são feitas rusgas às casas dos timorenses, durante as quais os militares indonésios «dão largas à sua brutalidade, violando as mulheres e roubando o que querem».

De acordo com o testemunho daquela refugiada, tudo é controlado pelos indonésios, que ocupam os lugares principais nas repartições e empresas e cujos filhos enchem as escolas.

João Maria dos Reis, outro dos refugiados presentes na sessão de ontem, disse por seu lado que desde há 14 anos o povo Maubere vive debaixo do terror.

«Enquanto as violações dos direitos humanos continuam a ser praticados pelos militares indonésios, os representantes das organizações internacionais permanecem em silêncio, duvidando das declarações dos timorenses que conseguem fugir», afirmou João Maria dos Reis, que era funcionário da Administração portuguesa em Timor e que foi preso e torturado por três vezes.

Aquele refugiado disse ainda que as visitas dos observadores estrangeiros a Timor não reflectem a realidade do que lá se passa, porque são programadas previamente pelos indonésios.

Rui Silva, um dos deputados que participou no colóquio, afirmou que Portugal deverá ter papel fundamental e catalizador no processo de independência e autodeterminação do povo de Timor.

Na opinião daquele deputado do PRD, Portugal tem que reforçar a pressão junto das instâncias internacionais, denunciar os actos de barbandade e violação dos direitos humanos no território e exigir junto da ONU e de todos os países do mundo que reconheçam tão injusta e incrivel situação, permitindo assim o referendo para libertar os Timorenses.